

Coleção Soluções de Direito Administrativo

LEIS COMENTADAS

SÉRIE I – Administração Pública

JOSÉ MARCELO FERREIRA COSTA

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Lei 9.637/1998

COORDENAÇÃO

Irene Patrícia Nohara

Fabício Motta

Marco Praxedes

VOLUME

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Bárbara Baraldi Sabino e Stefanie Lopes Pereira

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Morais, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho, Tainá Luz Carvalho e Victória Menezes Pereira

Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Jonatan Souza, Luciano Guimarães, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Estagiária de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Costa, José Marcelo Ferreira

Organizações sociais : Lei 9.637/1998 / José Marcelo Ferreira Costa. -- 2. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019. -- (Coleção soluções de direito administrativo : Leis comentadas. Série 1 : administração pública; volume 6 / Irene Patrícia Nohara, Fabrício Motta, Marco Praxedes coordenação).

Bibliografia.

ISBN 978-85-5321-949-0

ISBN da Coleção 978-65-5065-009-4

1. Organizações sociais 2. Organizações sociais - Leis e legislação - Brasil I. Título. II. Série.

19-31063

CDU-340.13(81)(094.5)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Organizações sociais : Comentários :
Direito administrativo 340.13(81)(094.5)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO	5
APRESENTAÇÃO.....	7
SOBRE OS COORDENADORES.....	11
SOBRE O AUTOR.....	13
ESTRUTURA DA COLEÇÃO.....	15

LEI FEDERAL N.º 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998

CAPÍTULO I – DAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS.....	27
Seção I – Da Qualificação.....	27
ART. 1º	27
1. Organização Social: entidade pertencente ao chamado “Terceiro Setor”	27
2. Entidades do “Terceiro Setor” e o princípio da subsidiariedade.....	32
3. Autoridade competente e natureza do ato administrativo de qualificação da Organização Social.....	35
4. Regime jurídico das pessoas jurídicas aptas à qualificação como Organizações Sociais	40
5. Atividades passíveis de execução por uma Organização Social.....	42
5.1. Ensino	46
5.2. Pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico	48
5.3. Proteção e preservação do meio ambiente	50
5.4. Cultura	51
5.5. Saúde	51

6. Vinculação das leis estaduais, municipais e distrital à Lei Federal n.º 9.637/1998: competência da união para expedir normas gerais sobre licitação e contratos.....	53
7. A aplicabilidade do art. 24, XXIV, da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993	56
ART. 2º	62
1. Requisitos para qualificação de uma entidade como Organização Social previstos no art. 2º, I, da Lei Federal n.º 9.637/1998.....	63
1.1. As atribuições previstas no Estatuto Social e a relação com a área de atuação da Organização Social (art. 2º, I, “a”)	63
1.2. A finalidade não lucrativa da pessoa jurídica privada (art. 2º, I, “b”)	64
1.3. Órgãos de deliberação superior e de direção: Conselho de Administração e Diretoria (art. 2º, I, “c”)	65
1.4. Composição do órgão de deliberação superior (art. 2º, I, “d”).....	65
1.5. Composição e atribuições da Diretoria (art. 2º, I, “e”).....	66
1.6. Publicação anual, no Diário Oficial da União (DOU), dos relatórios financeiros e do relatório de execução do contrato de gestão (art. 2º, I, “f”).....	67
1.7. A associação civil e a aceitação de novos associados (art. 2º, I, “g”).....	67
1.8. Inviabilidade de distribuição de bens ou parcela de patrimônio da Organização Social (art. 2º, I, “h”).....	68
1.9. A incorporação e destinação do patrimônio da Organização Social em caso de extinção ou desqualificação (art. 2º, I, “i”)	69
2. Requisitos para qualificação de uma entidade como Organização Social previstos no art. 2º, II, da Lei Federal n.º 9.637/1998.....	70
Seção II – Do Conselho de Administração	72
ART. 3º	72
1. Composição do Conselho de Administração (art. 3º, I)	72
2. Duração do mandato dos membros do Conselho de Administração (art. 3º, II) ...	76
3. Os limites à composição do Conselho de Administração para os representantes do Poder Público e para as entidades da sociedade civil (art. 3º, III)	76
4. Duração do primeiro mandato dos membros (eleitos) do Conselho de Administração (art. 3º, IV).....	77
5. Participação do dirigente máximo da entidade nas reuniões do Conselho de Administração (art. 3º, V)	78

6. Periodicidade das reuniões do Conselho de Administração (art. 3º, VI).....	78
7. Pagamento de “jetons” para participação das reuniões do Conselho de Administração (art. 3º, VII)	78
8. Afastamento do conselheiro na hipótese de designação para a Diretoria da Organização Social (art. 3º, VIII)	79
ART. 4º	79
1. Atribuições do Conselho de Administração (art. 4º, <i>caput</i>).....	80
2. Aspectos sobre o âmbito de atuação da Organização Social (art. 4º, I).....	80
3. Aprovação do Contrato de Gestão (art. 4º, II).....	81
4. Aprovação da proposta de orçamento e do programa de investimentos da Organização Social (art. 4º, III)	81
5. Competência para designar e dispensar os membros da Diretoria (art. 4º, IV)....	82
6. Competência para fixar a remuneração dos membros da Diretoria (art. 4º, V) ...	83
7. Sobre a alteração do Estatuto Social e a extinção da Organização Social (art. 4º, VI)	85
8. Regimento Interno: normas sobre a estrutura, forma de gerenciamento, os cargos e respectivas competências (art. 4º, VII)	85
9. Regulamento próprio para processos de contratação de obras, serviços, compras e alienações, bem como plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da Organização Social (art. 4º, VIII).....	85
10. O encaminhamento de relatórios gerenciais ao órgão supervisor do contrato de gestão (art. 4º, IX).....	88
11. Fiscalização do cumprimento das diretrizes e metas definidas no Contrato de Gestão e deliberação sobre os demonstrativos financeiros e contábeis (contas anuais) da Organização Social (art. 4º, X).....	88
Seção III – Do Contrato de Gestão	89
ART. 5º	89
1. “Inspiração” do modelo de Contrato de Gestão adotado pela Lei das Organizações Sociais.....	89
2. Natureza jurídica do Contrato de Gestão.....	92
3. Objeto do Contrato de Gestão previsto no art. 5º da Lei Federal n.º 9.637/1998.....	98
4. Vigência e rescisão do Contrato de Gestão.....	99
5. Processo concorrential (prévio) à celebração do Contrato de Gestão.....	102

ART. 6º	103
1. Atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da Organização Social (art. 6º, <i>caput</i>)	103
2. Submissão (prévia) do Contrato de Gestão à apreciação da autoridade administrativa (art. 6º, parágrafo único)	104
3. Responsabilidade civil (extracontratual) pelos atos praticados da Organização Social.....	104
ART. 7º	108
1. Princípios jurídicos aplicáveis à elaboração do Contrato de Gestão (art. 7º, <i>caput</i>)	108
2. Preceitos jurídicos aplicáveis à elaboração do Contrato de Gestão (art. 7º, I e II, e parágrafo único).....	111
3. Contabilização de despesas com pessoal: Acórdão TCU n.º 1.187/2019.....	113
Seção IV – Da Execução e Fiscalização do Contrato de Gestão	114
ART. 8º	114
1. Fiscalização da execução do Contrato de Gestão (art. 8º, <i>caput</i>)	115
2. Relatórios sobre a execução do Contrato de Gestão (art. 8º, § 1º)	115
3. Análise de resultados por comissão de avaliação do Contrato de Gestão (art. 8º, § 2º e § 3º).....	116
ART. 9º	117
1. Responsabilidade (solidária) entre os membros da Comissão de Avaliação e os da diretoria da Organização Social.....	117
ART. 10	118
1. Identificação de malversação de recursos públicos por parte da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão (art. 10, <i>caput</i>)	118
2. Procedimento de pedido de bloqueio de bens (art. 10, § 1º a § 3º).....	124
Seção V – Do Fomento às Atividades Sociais	125
ART. 11	125
1. Natureza jurídico-administrativa do “fomento às atividades sociais”.....	125
2. O reconhecimento automático da entidade como de interesse social e utilidade pública (art. 11).....	126

ART. 12	129
1. Destinação de recursos orçamentários e bens públicos à Organização Social (art. 12, <i>caput</i> , e §§ 1º e 2º).....	129
2. Permissão de uso de bens por meio de licitação dispensada (art. 12, § 3º)	130
ART. 13	131
1. Permuta de bens móveis (art. 13, <i>caput</i> e parágrafo único).....	131
ART. 14	132
1. Cessão especial de servidores públicos para as Organizações Sociais (art. 14, <i>caput</i> e § 3º).....	132
2. Impossibilidade de o servidor cedido incorporar vantagem pecuniária (art. 14, § 1º).....	136
3. Custeio das vantagens pecuniárias aos servidores especialmente cedidos (art. 14, § 2º).....	136
ART. 15	138
1. Reciprocidade interfederativa de efeitos decorrentes da qualificação das Organizações Sociais	138
Seção VI – Da Desqualificação	138
ART. 16	138
1. Desqualificação da Organização Social (art. 16, <i>caput</i>)	139
2. Processo administrativo (prévio) à expedição do ato de desqualificação (art. 16, § 1º).....	140
3. Reversão do patrimônio decorrente da desqualificação da Organização Social (art. 16, § 2º).....	143
CAPÍTULO II – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	144
ART. 17	144
1. Regulamento próprio para alienações e contratações de obras, serviços e compras com emprego de recursos provenientes do Poder Público.....	144
ART. 18	150
1. Incidência dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) aos serviços prestados pela Organização Social (art. 18, <i>caput</i>).....	150

ART. 19	153
1. Exploração de atividades de rádio e televisão educativa (art. 19).....	153
ART. 20	154
1. O Programa Nacional de Publicização – PNP (art. 20)	154
2. Diferenças existentes entre o Programa Nacional de Publicização (PNP) e o “Plano Nacional de Desestatização” (PND)	157
ART. 21	158
1. Extinção de Órgão ou Entidade Públicos.....	158
2. Inventário dos Órgão ou Entidade extintos (art. 21, § 1º e § 2º)	159
3. Sobre a qualificação de entidades por força de dispositivo legal (art. 21, § 3º)....	160
4. Absorção dos processos judiciais em curso pela União (art. 21, § 4º)	161
ART. 22	162
1. Regras referentes à extinção dos Órgãos ou Entidades (art. 22).....	162
1.1. O “destino” dos servidores públicos pertencentes aos Órgãos e Entidades em extinção (art. 22, I)	163
1.2. Inventário das unidades públicas extintas (art. 22, II).....	163
1.3. Utilização dos créditos orçamentários destinados ao Órgão ou Entidade em processo de extinção (art. 22, III e IV).....	164
1.4. Extinção dos cargos de provimento efetivo ou em comissão (art. 22, V)...	165
1.5. Utilização da sigla “OS” (art. 22, VI).....	166
2. Absorção de atividades por Organização Social e a celebração do Contrato de Gestão (art. 22, § 1º).....	168
3. “Reforço” orçamentário em razão de redução de despesas públicas correntes de pessoal em razão da extinção dos cargos (art. 22, § 2º)	168
ART. 23	168
1. Cessão de servidores da extinta Fundação Roquette Pinto ao Estado do Maranhão – MA.....	168
ART. 23-A	170
1. Acréscimo do art. 23-A à Lei Federal n.º 9.637/1998 (art. 23-A, <i>caput</i>).....	170
2. Extensão do art. 23-A aos casos previstos no art. 22 e art. 23 da Lei Federal n.º 9.637/1998 (art. 23-A, parágrafo único).....	172

ART. 24	173
1. Convalidação dos atos administrativos expedidos com fundamento na Medida Provisória n.º 1.648-7, de 23 de abril de 1998	173
ART. 25	175
1. Vigência da Lei Federal n.º 9.637/1998.....	175
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	177
LEI 9.637, DE 15 DE MAIO DE 1998	183
DECRETO 5.396, DE 21 DE MARÇO DE 2005	191
DECRETO 9.190, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2017	193